

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.567.169 - SP (2019/0245002-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : MAURO CAZETTA
ADVOGADO : MELISSA DE CÁSSIA LEHMAN - SP196516
AGRAVADO : SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE
ADVOGADO : JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS - SP273843

DECISÃO

Trata-se de agravo de MAURO CAZETTA contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"APELAÇÃO. Plano de saúde. Ação de obrigação de fazer. Sentença de improcedência. Inconformismo do autor e da interveniente Mercedes-Benz. Mantido o indeferimento para intervir no feito como assistente litisconsorcial. Continuidade do plano de saúde após demissão que se dará no bojo da relação contratual firmada exclusivamente entre beneficiário e a operadora do plano de saúde, sem intervenção direta da ex-empregadora.

Controvérsia delimitada quanto ao valor integral da mensalidade a ser paga pelo autor após o desligamento da empresa.

Quantia cobrada compatível com o plano contratado e que não se mostra abusiva.

Acréscimo substancial do valor que se deu em razão da ex-empregadora oferecer subsídio expressivo aos seus funcionários. Sentença mantida. Recurso a que se nega provimento." (e-STJ fl. 488)"

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente afirma que ao confirmar a sentença o acórdão negou efetividade ao art. 31 da lei 9.656/98, uma vez que há abuso na diferenciação dos funcionários ativos e inativos.

Defende que há entendimento consolidado de diversos tribunais em que é reconhecida a ilegalidade das cláusulas que diferenciam funcionários ativos e aposentados, sendo reconhecido que tais cláusulas são inseridas no contrato de modo a burlar o comando do art. 31 da lei 9.656/98.

É o relatório.

A questão de direito do recurso especial foi afetada à Segunda Seção como

representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015, tendo as decisões de afetação do REsp delimitado o Tema dos Recurso Especial Repetitivo, nos termos da seguinte ementa:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PLANOS DE SAÚDE COLETIVOS. EX-EMPREGADO E DEPENDENTES. APOSENTADORIA OU DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA. PERMANÊNCIA NO RESPECTIVO PLANO. CONDIÇÕES ASSISTENCIAIS E CUSTEIO.

- 1. Delimitação da controvérsia: Definir quais condições assistenciais e de custeio do plano de saúde devem ser mantidas a beneficiários inativos, nos termos do art. 31 da Lei n. 9.656/1998.*
- 2. RECURSO ESPECIAL AFETADO PARA JULGAMENTO PELO RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.*

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumprе destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i) negue-se seguimento* ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou *ii) proceda-se a novo exame* da matéria, no órgão prolator da decisão vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator